

Comemoração e espetáculo midiático da violência policial no Amapá¹

Jade Figueiredo Costa (UNIFAP)

Rommew Luryan da Silva Lima (ESTÁCIO DE SÁ)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar a comemoração das notícias de mortes ocasionadas pela polícia militar do Amapá. Este fato tem sido comum nos programas policiais das emissoras de televisão local, com base na ideia de que a polícia, em ações de combate à criminalidade, eliminou mais um “bandido”. Uma dessas comemorações, veiculadas em programas policiais, é a chamada “dança da cova”, na qual o apresentador, após a reportagem de alguém morto pela polícia, faz uma dança anunciando que mais um “bandido” estava indo pra “cova”. Neste sentido, surgem os questionamentos sobre por que a polícia é louvada por ter uma abordagem violenta? E o que a comunidade diz sobre essas notícias? Através dessas indagações, buscamos entender de que forma a mídia legitima as abordagens violentas da polícia do Amapá. A metodologia deste trabalho consiste em elaborar uma etnografia, sobre os programas policiais da televisão local, bem como dos comentários das pessoas nas páginas dos programas na internet.

Palavras-chave: Violência Policial, Mídia, Espetáculo.

Abstract

This academic work aims to analyse the celebration of news of death caused by military police from Amapá. The death celebration has been common on these tv shows from local broadcasters, the main concept is that policemen are opposing crime and just obliterating some “bandido”. The specific celebration on these police tv shows is called “dança da cova” which consists of the presenter making an announcement that another “bandido” is going to the “cova”. In this regard some questions arise; why is police praised when using a violent approach? What does the community think about this kind of news? To understand through the questions above how media legitimizes this kind of violent approach is the master goal of this academic work. The methodology used here embodies the preparation of an ethnography about the local police tv shows as well as the comments of people on the pages from the internet.

Keywords: Police Violence, Media, Spectacle

Introdução

Os estudos sobre comemoração de espetáculos midiáticos vêm sendo abordados de maneira ampla em áreas do Direito e da Comunicação Social, tratando sobre os direitos de imagem dos acusados e a respeito da narrativa dos apresentadores de jornal, com ênfase na ética jornalística (BLASCHKE, SANTOS, 2017; SAMUEL, JUNIOR, COSTA, 2017). Esses estudos são essenciais para uma compreensão sobre as ações dos jornais no Amapá.

Todavia, visando uma análise antropológica, neste trabalho nossa preocupação será com as pessoas que tratam da comemoração das mortes no Amapá. Com isso, nosso estudo parte da teoria ator-rede (LATOUR, 2013), que consiste em uma análise para definir a rede de comemoração das

¹ Trabalho apresentado no VII ENADIR, GT.09 – Etnografias sobre justiça e criminalidade

notícias de morte no estado supracitado, considerando os apresentadores, as páginas dos jornais e as pessoas que comentam nas postagens.

As pesquisas em redes sociais vêm sendo discutidas a algum tempo pelo GrupCiber da UFSC, que tratam de abordagens sobre os estudos de internet e atualmente propõem a teoria de ator-rede de Bruno Latour para os estudos realizados em espaços digitais, a teoria ator-rede consiste em uma análise voltada a ação dos indivíduos na internet (SEGATA; RIFIOTIS, 2016). Com isso, neste trabalho pretendemos realizar uma análise voltada para o estudo do comportamento (ação) dos usuários nas redes sociais.

Já as pesquisas sobre violência, são apontadas nos estudos sobre as abordagens violentas da polícia no Brasil, que perpassam por análises a respeito da falta de controle estadual sobre as ações violentas de policiais (NETO, 1999), estudos sobre a importância da Antropologia para reflexões sobre segurança e justiça (RIFIOTIS, 1999) e sobre sentidos de justiça apontados através de categorias locais, por Alba Zaluar (1985) e depois por Cardoso (2016), em favelas diferentes do Rio de Janeiro.

O Amapá apareceu em um jornal de notícias nacionais em 2016 como o estado que tem a polícia que mais mata no Brasil, este dado aponta que existe um diferencial na atuação da polícia local, caracterizada pela alta taxa de mortes em ações da polícia. Com isso, essa pesquisa busca apontar dados iniciais sobre a comunidade que comemora as mortes no estado e os programas que espetacularizam as ações policiais que ocasionam mortes de acusados.

Por volta de 2017 um apresentador do programa Cidade Alerta Amapá, que também trabalha como ator em alguns comerciais, começou a realizar o que ele chamava “dança da cova” com o intuito de comemorar mais um que estava indo para a “cova” pelas ações dos policiais do Amapá, que o apresentador chamava de "heróis". Desde então, o Ministério Público local interveio e o apresentador foi proibido de realizar a dança, foi afastado do cargo de apresentador por um período e atualmente apresenta o programa reclamando do que ele chama “pessoal dos direitos humanos”.

O jornal Cidade Alerta Amapá não é o único no estado a noticiar mortes ocasionadas em operações especiais de maneira sensacionalista, os jornais Bronca Pesada e Rota do Povo possuem abordagens parecidas. Esses jornais estão nos canais de televisão aberta e disponibilizam seus programas ao vivo em lives no Facebook, enquanto os telespectadores se comunicam com mensagens de apoio dizendo que gostam muito do programa, além do *Facebook* os jornais disponibilizam *Whatsapp* para os acompanhantes do programa mandarem fotos e mensagens que são abordadas ao vivo no jornal.

Com isso, surge a necessidade de analisar as comemorações de mortes ocasionadas pela polícia do Amapá. Assim, este trabalho busca evidenciar as notícias e comentários de mortes considerando dois programas policiais, o “Rota do Povo”, o “Cidade Alerta” e os comentários sobre as mortes nas páginas dos programas no Facebook. Os dados de campo deste trabalho foram obtidos

com observação oculta na internet, que consiste em uma análise em que o pesquisador não participa das atividades da comunidade, mas observa o campo de maneira distante sem ser identificado pelos frequentadores do espaço (RAHM-SKÅGEBY, 2011). Assim, essa pesquisa foi realizada através do acompanhamento silencioso dos programas supracitados em emissoras de TV local, bem como levantamento das postagens desses programas no Facebook e os comentários das pessoas nas postagens. Além das pesquisas na mídia e internet, foram realizadas leituras de estudos sobre a mídia e violência em meio urbano.

A “dança da cova”: o jornal Cidade Alerta Amapá

O jornal Cidade Alerta Amapá é apresentado de segunda-feira e sexta-feira às 18:00 horas em TV aberta. Em sua página do *Facebook* o jornal Cidade Alerta Amapá é descrito como “Programa de TV”, mas os seus apresentadores dizem que ele se trata de um programa de jornalismo policial e se identificam como jornalistas. A foto de perfil deste programa no *Facebook* é uma imagem com os escritos “Cidade alerta Amapá” ao centro da imagem e figuras geométricas em tons de azul e vermelho (figura 1).

A estrutura do estúdio onde o programa é apresentado ao vivo consiste em uma televisão digital espelhando a imagem do perfil do programa ou da reportagem noticiada. Os apresentadores, sempre de terno em cores escuras ou neutras, se posicionam de pé ao lado da televisão e após a notícia comentam subjetivamente a matéria noticiada.

Figura 1: foto de perfil do Cidade Alerta Amapá



Fonte: <https://www.facebook.com/cidadealertaamapa>

Este programa é apresentado por dois homens que aqui vou identificar como apresentador um e apresentador dois. O apresentador um, possui formação em Economia, tem especialização em Marketing Política, atua como apresentador e faz peças e comerciais como humorista, esse apresentador é conhecido por gritar e dançar durante o programa. Já o segundo, que será chamado de apresentador dois, se identifica como empresário e jornalista, começou a apresentar o jornal por volta de 2018, quando o primeiro apresentador precisou ficar afastado por realizar muitas falas que iam

contra direitos humanos e gerar problemas jurídicos para o jornal. Assim, quando o primeiro apresentador voltou do afastamento, os dois passaram a apresentar o jornal em dias diferentes.

Após apresentar a notícia, o apresentador um, do “Cidade Alerta”, agradece a polícia por ter “eliminado mais um bandido”, reforçando com efeitos sonoros de palmas em agradecimento à ação policial. Um dos apresentadores, realizava uma dança no estúdio, denominada de “dança da cova”. A dança era feita com a batida de funk em que o apresentador cantava uma simulação de como o falecido seria recebido no “inferno”.

Isso [gestos com as mãos] é o demônio fazendo regência, AUMENTA O SOM MENINO, JÁ, olha o demônio... lá vem mais três, lá vem mais três, lá vem mais três, lá vem mais três, lá vem mais três. Aquela chuva de bala linda, era chuva, era bala pra todo local [efeitos sonoros de metralhadora] ... solta o pancadão. Essa é a dança da cova: Lá vai o primeiro, lá vai o segundo, lá vai o terceiro e tome bala, aplausos, aplausos para o Bope [efeitos sonoros de palmas] (Apresentador um do Cidade Alerta, *YouTube*, 2017).

Depois disto, o apresentador se justificava dizendo que podem falar o que quiserem dele, porque “o pessoal dos direitos humanos” mudaria de ideia se tivessem a casa invadida. O apresentador também ressaltava que os bandidos estavam “altamente armados”, essa frase é recorrente nos jornais. A forma de noticiar a morte no que os programas policiais chamam de “confrontos”, pode ser entendida como um espetáculo, pois o apresentador faz da notícia um evento, que tem dança, letra de música e batida de funk.

A forma como o apresentador do Cidade Alerta Amapá aborda as notícias de morte é criticada por jornalistas locais (LIMA, COSTA, PIRES, 2019), primeiro porque ele não tem formação em jornalismo, mas sim em Economia, com especialização em Marketing Político e atua como humorista, segundo porque a forma utilizada por esse apresentador para noticiar as reportagens foge da ética jornalística, que deve informar a população sem discurso de valor.

A “dança da cova” não é mais exibida no jornal local, mas ela ainda está disponível em um canal do *YouTube* e o apresentador um, ainda lamenta não poder mais realizar a dança em rede nacional por causa “do pessoal dos direitos humanos”, maneira como o apresentador descreve as pessoas que comentam sobre não expor ou desejar a morte dos acusados.

Em agosto de 2020 a emissora de televisão local que é responsável pelo jornal Cidade Alerta Amapá recebeu um processo da OAB porque o apresentador dois comentou ao vivo em jornal no dia 14 de agosto, que drogas entravam na penitenciária pelas mãos de advogados e advogadas. Essa notícia gerou repercussão local e foi noticiada em um portal de notícias do Amapá no dia 31 de agosto, linkada como “polêmica” e contendo um pronunciamento do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

"O desvirtuamento da liberdade de imprensa causa danos irreversíveis, ainda mais nas características tecnológicas da sociedade atual. Se não houver responsabilidade, certamente haverá punição. Agora confiamos à justiça a devolução da credibilidade da advocacia criminal do Amapá", disse ao Portal SelesNafes.com o presidente da OAB, Auriney Brito².

A OAB também se pronunciou em seu site oficial afirmando que estava pedindo indenização de 100 mil reais³. Depois deste evento o programa não realizou mais nenhuma postagem em sua página e excluiu gravações de *lives* do Cidade Alerta Amapá que estavam na página do *Facebook*. O caso das calúnias contra advogados mostra as diferentes forças existentes entre uma comunidade organizada, que tem seus direitos valorizados e outra pobre, sem direito a defesa que tem seus corpos expostos em jornais. Assim, é possível perceber uma fragilidade na democracia, que não tem funcionado igualmente para todas as partes.

“Zum, zum, zum, ele é o número um”: o programa Rota do Povo

O programa “Rota do Povo” é apresentado por um ex-deputado do Amapá que possui ensino médio completo e que já foi presidente de direitos humanos da Assembleia Legislativa do Amapá-ALAP. O apresentador não possui formação jornalística e se apresenta como um comunicador ao lado de duas mulheres assistentes em um jornal policial, que passa em rede aberta e é transmitido ao vivo pelo *Facebook* das 13:00 às 14:30 horas.

A abertura tem como música de fundo um Tecnobrega, música popular na região norte, produzida pela própria equipe, um elemento que tem como propósito a adesão das massas. O ritmo popular possui letras apologéticas ao apresentador “zum, zum, zum, ele é o número um”, além disso, a música diz que o ex-deputado é alguém que denuncia “as mazelas da comunidade”. Já as imagens da abertura consistem basicamente em fotos de pessoas sendo presas e cadáveres ocultados por efeitos de desfoque e explosões que demonstram cunho apelativo e cinematográfico.

O cenário do programa aparenta rústica estética, que vai desde um tambor adesivado com o emblema do programa até um grande protetor de paredes com imagens de policiais de farda negra (símbolo maior do BOPE juntamente com a faca fincada em uma caveira humana) segurando fuzis montados em motos, uma clara apologia ao viés dominante do programa. As assistentes do programa do ex-deputado demonstram, em seus diálogos descontraídos entre si e os bastidores do programa e a não uniformização da postura corporal que não há apego às solenidades tradicionais como é de praxe em jornais ditos de grandes mídias como Globo, Band, Record e CNN.

² Disponível em: <https://selesnafes.com/2020/08/oab-processa-record-apos-comentarios-de-apresentador>. Acesso em: 13 mai. 2021.

³ Disponível em: <https://www.oabap.org.br/noticias/oabap-pede-indenizacao-de-cem-mil-reais-contr-tv-record-por-ofensa-a-advocacia-criminal>. Acesso em: 13 mai. 2021.

O Rota do Povo começou no *Facebook* com uma página voltada para marketing que divulgava trechos de matérias que eram abordadas durante o programa, divulgando imagens explícitas de corpos de acusados mortos em ações da polícia. As imagens eram contra os padrões de privacidade da rede social supracitada e por isso a página oficial do programa passou por banimentos temporários, até que foi deixada de lado por seus administradores. Com isso, o “Rota do Povo” mudou sua página oficial e passou a ser exibido ao vivo na página “DaLua do Rota”, nesta segunda página a responsabilidade das postagens é de uma pessoa física, o apresentador do programa. Esta estratégia foi utilizada porque o *Facebook* possui regras mais brandas para perfis vinculados a uma pessoa física, do que para perfis de comunidades.

A foto do perfil do antigo perfil do programa (figura 2) é apresentada em um fundo preto com fumaça e fogo ao redor de um brasão escrito “Rota do Povo” com a imagem do mapa do Amapá dentro de um distintivo cinza, esta imagem passa a ideia de um programa combativo, que aborda assuntos de violência.

Figura 2: foto de perfil do Rota do Povo



Fonte: <https://www.facebook.com/rotadopovo>

Este jornal policial coloca em seus programas e em seu perfil no *Facebook* imagens explícitas do corpo das pessoas que morreram pelas mãos da polícia (figura 3). Nos programas, as notícias são passadas aos telespectadores a partir de abordagens que privilegiam o discurso policial que justifica a morte de pessoas, afirmando que a pessoa morta tinha passagens pela polícia ou que tentou reagir. A figura 3 aponta dois policiais colocando corpos em macas enquanto um primeiro homem filma e um segundo ajuda os policiais a colocar o corpo da vítima na maca, esta postagem foi feita no Facebook do primeiro perfil do programa e foi banida por ser uma imagem explícita e não ter nenhum efeito que suavizasse isso, entretanto, neste trabalho optamos por colocar o efeito de embaçamento.

Figura 3: Policiais colocam corpo de falecidos em macas



Fonte: <https://www.facebook.com/rotadopovo> (editada)

A figura 4 apresenta a postagem de um homem que atropelou uma menina de 2 anos na direção de uma caçamba, a situação é descrita como uma tragédia e o homem, que era pai da criança, é apontado como alguém que não teve culpa pelo ocorrido. Com isso, é possível perceber que o programa toma posicionamentos e que esse posicionamento influencia a comunidade, pois nesta postagem não tiveram comentários responsabilizando o homem pelo ato.

Figura 4: Pai que dirigia caçamba atropela filha



Fonte: <https://www.facebook.com/rotadopovo>

Neste sentido, é possível entender que para ser classificado como alguém que deve ter o “CPF cancelado” o acusado precisa estar em uma relação de contradição com a polícia, fugindo do perfil de “cidadão de bem”, que é a pessoa que tem uma família tradicional e possui emprego fixo, além disso, alguns comentários das postagens do programa relacionam o cidadão de bem a alguém que frequenta igrejas.

Sensacionalismo e violência policial

Os programas policiais de televisão fazem reportagens diárias sobre ações da polícia contra pessoas que cometem algum tipo de delito e que são tratadas como “bandidos”, quando o acusado recebe a classificação de bandido ele passa a ser diferente do restante da população. No contexto das favelas do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, para a população os “bandidos” merecem tratamento diferente das “pessoas de bem” (CARDOSO, 2013), isso se reflete na realidade amapaense, todavia, neste estado o jornal tem uma influência muito grande para realizar a classificação de quem é ou não bandido.

Os apresentadores e os responsáveis pelas páginas que enaltecem a polícia do estado do Amapá justificam seus discursos dizendo que estão agindo de acordo com a liberdade de imprensa, que tem a função de informar a sociedade. Enquanto isso, os comentários nas publicações das redes sociais dos programas “Cidade Alerta” e “Rota do Povo” reforçam o senso comum passado na mídia de que a polícia está fazendo o seu trabalho, algumas pessoas reagem com tristeza, mas dizendo que o falecido “colheu o que plantou”. A reportagem cria uma realidade que mexe com o emocional da população, através do medo, para dizer que a morte de infratores é necessária para a segurança da população (RIFIOTIS, 1999; MAGALHÃES, 2009; OLIVEIRA, 2012), assim, a comunidade que assiste aos jornais supracitados aceita a violência policial com a justificativa de que ela ocorre em prol da segurança para o estado.

A forma como os programas são manejados pode ser entendida como um tipo de espetáculo, o midiático, porque nesses espaços são apresentadas falas de policiais, em ações que levaram a morte de acusados, como verdade irrefutável, através de imagens explícitas de violência e discursos etnocêntricos. O conceito de espetáculo é trabalhado por Guy Debord (1967) que define espetáculo como manipulações narrativas dominantes que carregam em si as finalidades das cenas apresentadas no evento. Com isso, no espetáculo o dominante apresenta ideias sem fundamentações, a partir de um ponto de vista privilegiado que não aceita contradições.

Do medo a banalização da violência

As programações do Cidade Alerta Amapá e do Rota do Povo usam a violência como tema principal do jornal, depois das reportagens policiais os apresentadores enfatizam que os “bandidos” vivem altamente armados e a polícia agiu com a intenção de proteger a comunidade.

Pode falar o que quiserem de mim, porque já falaram, vão na rede social soltar os cacete lá, porque eu digo que a polícia... O BOPE reagiu e os caras morreram, eu quero ver quando invadirem a casa desse pessoal dos direitos humanos... Bandido mano, armado, altamente armado... Ele invade o local, ele vai matar ou morrer, ele não tá nem aí pra nada... Então o Bope chegou lá e acabou, liquidou a fatura (Apresentador um do Cidade Alerta, *YouTube*, 2017).

O discurso desperta o medo na população, que entende estar numa cidade tomada pela violência, os perfis, cujos nomes optamos por não divulgar descrevem que “o Amapá está tomado por facção”, “as facções estão destruindo o Amapá” e “O BOPE tem feito um bom trabalho cancelando os CPFs dos comandantes das facções”. Os comentários mostram que o medo da violência acaba despertando o ódio da comunidade, que defende a eliminação dos acusados dizendo que os policiais são os “guerreiros” que devem eliminar as facções do Amapá.

O “imaginário do medo” permite a aceitação das medidas autoritárias, cada vez mais severas, que o estado realiza (MAGALHÃES, 2009). Entretanto, as medidas acabam sendo mais severas para os bairros distantes do centro, onde moram pessoas de baixa renda. Os apresentadores e assistentes dos programas apresentados neste trabalho são pessoas de classe média, privilegiadas porque os supostos confrontos com a polícia não acontecem em seus bairros, mas sim em bairros distantes do centro, lugares que possuem como maior parte dos moradores, pessoas pobres. Com isso, a população de classe média não é a maior afetada, não é ela que tem filhos e parentes mortos nas ações policiais e ainda assim, a classe menos afetada é a que diz informar “a verdade”.

O medo é descrito por Giacomazzi (2000) como o distanciamento do “outro” (no sentido de alteridade), que gera a violência e em paralelo cria um esvaziamento de caráter ético para aqueles que entendem que não merecem ações violentas por parte da polícia e uma banalização da violência que ocorre com o “outro”.

Na formação de uma cultura etnocêntrica, quanto mais se fecha ao outro, maior o isolamento, maior o medo. Quanto maior o medo, maior a violência. Assim, se o medo no viver da cidade remete para a questão da alteridade e do “outro”, por um lado, por outro, paralelo ao medo coexistem o esvaziamento ético e a banalização da violência. Excluída, por um lado e aceita por outro, a violência se insere na gênese do medo, abrindo um círculo que começa e termina no mesmo ponto. Porque se é agredido, se agride. Porque o medo é sentido, também se amedronta o outro (GIACOMAZZI, 2000, P.190).

Com isso, é possível entender que o medo causado pelas mídias televisivas e digitais, influencia categorias encontradas no campo como “CPF cancelado” e “bandido bom é bandido morto” propagadas devido a banalização da violência abordada nos programas policiais.

Conclusão

O debate sobre violência policial é extenso, mas atual e necessário, porque situações como a comemoração da morte nas mídias do Amapá apontam um problema na democracia, que é a existência de um grupo que se aproveita de vias democráticas, a liberdade de imprensa, para gerar desigualdades e pesos diferentes em discursos, privilegiando a narrativa policial e reduzindo aqueles que discordam da ideia de que “bandido bom é bandido morto”.

As pessoas que apresentam os jornais não possuem a ética jornalística de informação e também não são formados em jornalismo, entretanto divulgam seus programas como locais de fonte de informação confiável. Além disso, utilizam a abordagem de comemoração da violência policial como marketing de dois tipos. Primeiro, para ganhar credibilidade com os policiais, que pode ser convertida em votos nas próximas eleições. Segundo, com o intuito de mostrar aos acompanhantes dos jornais, que existem lados na violência, um do bem e o do mal, sendo que a polícia representa o lado do bem, enquanto os acusados, chamados de bandidos, representam o lado do mal, desta forma, as ações dos policiais são em prol da eliminação dos maus.

Os dados de campo também mostram que a população aceita essa abordagem, ao ponto de comemorar mortes de acusados com a frase “mais um CPF cancelado” e os comentários que criticam a relação de lado do bem e lado do mal são taxados como defensores do lado do mal, reduzindo assim, as relações entre uma dicotomia que não tem se mostrado suficiente para conter a violência no estado, pois desde 2016 a polícia do Amapá é notada nacionalmente por altos índices de morte em ações, mas ainda em 2021 a comunidade dos programas ainda reclama da falta de segurança no estado.

Referências bibliográficas

BLASCHKE, Celinei Pinto Ramos dos Santos; SANTOS, Tatiane Maria Pereira dos. *Mídia X Segurança Pública: O crime como espetáculo midiático nos programas televisivos no Brasil*.

Ambito Juridico, 2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/midia-x-seguranca-publica-o-crime-como-espetaculo-midiatico-nos-programas-televisivos-no-brasil>. Acesso em: 14 mai. 2020.

CARDOSO, Marcus. “A dimensão simbólica dos conflitos: moradores de favela e polícia”.

Anuário Antropológico, Brasília, v.38, n.1, p. 167-190, 2013.

CARDOSO, Marcus. Apontamentos etnográficos sobre a percepção dos moradores de duas favelas cariocas acerca do policiamento comunitário. In: MELO, Juliana; SIMIÃO, Daniel; BAINES, Stephen. (Org.). **Ensaio sobre justiça, reconhecimento e criminalidade**. Natal: EDUFRN, p. 485-516, 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Livros da revolta. 1967.

GIACOMAZZI, Maria Cristina. Medo e violência no contexto urbano: o caso de José. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 177-194, 2000.

MAGALHÃES, Nara. Significados de violência em abordagens da mensagem televisiva. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 21, p. 318-343, 2009.

LATOUR, Bruno. Redes, sociedades, esferas: reflexões de um teórico ator-rede. **Informática na Educação: teoria e prática**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 23-36, jan./jun. 2013.

LIMA, Anézia Maria Brito; COSTA, Benedita Monte da; PIRES, Paulo Vitor Giraldo. A ética no jornalismo amapaense: uma análise da conduta do jornalista no programa televisivo. In: ANDRADE, Elisângela *et al* (Org.). **Nativos digitais: como a geração Z reflete a comunicação contemporânea**. Macapá: UNIFAP, p. 11-20, 2019.

OLIVEIRA, Dannilo Duarte. Jornalismo Policial: uma análise do sensacionalismo nos telejornais baianos. **Intercom – XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – 14 a 16/06/2012**.

RAHM-SKÅGEBY, 2011

RIFIOTIS, Theophilos. Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval. In: **A Violência Disseminada**. Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 28-41, 1999.

SAMUEL, Kristopher-Jon Peter; JUNIOR, Sérgio do Espírito Santo Ferreira; COSTA, Alda Cristina. O silenciamento do debate da segurança pública nas narrativas jornalísticas sobre violência na Amazônia paraense, **Comunicação e Informação: Goiânia**, v. 20, n. 1, p. 149-169, jan./jun. 2017.

SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (Org.). **Políticas Etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016.